

ÍNDICE GERAL

NOTA	5
------------	---

1. PARTE GERAL

CAPÍTULO I DA LEI PENAL

1. — INTRODUÇÃO	11
1.1. — Nótula histórica	11
1. Sociedades Primitivas.....	11
2. Direito Romano e Direito Canónico	13
3. Idade Média e Idade Moderna.....	14
4. Iluminismo	16
5. Penas e sua execução	17
6. Ciência do Direito Penal	18
1.2. — Lei Penal e Código Penal.....	22
1.3. — Infracção criminal e pena, a Criminologia.....	26
2. — PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PENAL	32
2.1. — Legalidade e tipicidade do crime.....	32
2.2. — Não retroactividade	39
2.3. — Interpretação extensiva, interpretação analógica e analogia	39
2.4. — Retroactividade da lei penal mais favorável	43
2.5. — Outros princípios	43

3. — APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO	47
3.1. — Disciplina.....	47
3.2. — Momento da prática do facto	57
4. — APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	59
4.1. — Regra geral	59
4.2. — Factos praticados fora do território português	60
4.3. — Restrição à aplicação da lei penal portuguesa	64
4.4. — Lugar da prática do facto.....	65
5. — APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL.....	68

CAPÍTULO II DO FACTO

1. — ILÍCITO CRIMINAL	73
1.1. — O crime e a sua estrutura	73
2. — PRESSUPOSTOS DA PUNIÇÃO	78
2.1. — Acção e causalidade.....	78
2.2. — Responsabilidade das pessoas singulares e colectivas	83
2.3. — Actuação em nome de outrem.....	95
2.4. — Imputação do facto	96
2.4.1. — Culpabilidade.....	96
2.4.2. — Dolo.....	98
2.4.3. — Negligência	104
2.5. — Agravação da pena pelo resultado	107
3. — CIRCUNSTÂNCIAS EXCLUSÓRIAS DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL.....	109
3.1. — Causas de exclusão da ilicitude	109
3.1.1. — Ordem jurídica considerada na sua totalidade	109
3.1.2. — Legítima defesa	111
3.1.3. — Exercício de um direito (direito de necessidade)	114
3.1.4. — Cumprimento de um dever imposto por lei ou por ordem legítima da autoridade.....	117
3.1.5. — Consentimento do titular do interesse lesado	118
3.1.6. — Conflito de deveres	123
3.2. — Causas de exclusão da culpabilidade.....	126
3.2.1. — Inimputabilidade	128

ÍNDICE GERAL

3.2.1.1. — Em razão da idade.....	128
3.2.1.2. — Em razão de anomalia psíquica	129
3.2.2. — Inexigibilidade.....	132
3.2.3. — Erro sobre as circunstâncias do facto	135
3.2.4. — Falta de consciência da ilicitude	136
4. — FORMAS DO CRIME	138
4.1. — Enquadramento	138
4.2. — Formas do crime quanto às suas fases	139
4.2.1. — Actos preparatórios.....	139
4.2.2. — Tentativa	142
4.2.3. — Desistência	147
4.2.4. — Crime consumado	152
4.3. — Formas do crime quanto aos modos ou graus de participação.....	153
4.3.1. — Autoria simples.....	153
4.3.2. — Co-autoria ou comparticipação.....	156
4.3.3. — Cumplicidade	160
4.4. — Formas do crime quanto ao número de infracções cometidas	161
4.4.1. — Crime unitário	161
4.4.2. — Concurso de crimes	162
4.4.3. — Crime continuado	165

CAPÍTULO III CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FACTO

1. — PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	171
1.1. — Limites	171
1.2. — Finalidades das penas e das medidas de segurança	172
2. — ESPÉCIES DE REACÇÕES CRIMINAIS	184
3. — PENA DE PRISÃO	191
3.1. — Duração da pena de prisão	191
3.2. — Contagem dos prazos da pena de prisão.....	192
3.3. — Execução da pena de prisão.....	196
3.4. — Substituição da pena de prisão	200
3.4.1. — Multa.....	200
3.4.2. — Regime de permanência na habitação	202
3.4.3. — Prestação de trabalho a favor da comunidade	206
3.4.4. — Proibição do exercício de profissão, função ou actividade	211

4. — PENA DE MULTA	212
4.1. — Considerações gerais	212
4.2. — Substituição da multa	216
4.2.1. — Por trabalho	216
4.2.2. — Por admoestação	218
4.2.3. — Por caução de boa conduta	219
4.2.4. — Por vigilância judiciária	220
4.3. — Conversão da multa não paga em prisão	220
5. — DISSOLUÇÃO	222
6. — SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO	222
6.1. — Pressupostos e duração	222
6.2. — Deveres	225
6.3. — Regras de conduta	228
6.4. — Suspensão com regime de prova	230
6.5. — Plano individual de reinserção social	231
6.6. — Falta de cumprimento das condições da suspensão	233
6.7. — Revogação da suspensão	235
6.8. — Extinção da pena	237
7. — LIBERDADE CONDICIONAL	237
7.1. — Pressupostos e duração	237
7.2. — Liberdade condicional em caso de execução de várias penas	243
7.3. — Regime	244
7.4. — Revogação da liberdade condicional e extinção da pena	244
8. — PENAS ACESSÓRIAS	245
8.1. — Princípios gerais	245
8.2. — Proibição do exercício de funções públicas ou dependentes de título público ou autorização	247
8.3. — Suspensão do exercício de funções públicas	250
8.4. — Efeitos da proibição e da suspensão	251
8.5. — Proibição de conduzir veículos com motor e de pilotar aeronaves com ou sem motor	251
8.6. — Declaração de indignidade sucessória	253
8.7. — Proibição do exercício de funções por crimes contra a autodeterminação e a liberdade sexual	254
8.8. — Proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais	255
8.9. — Penas acessórias aplicáveis às pessoas colectivas e entidades equiparadas	256

ÍNDICE GERAL

8.9.1. — Injunção judiciária	256
8.9.2. — Proibição de celebrar contratos	257
8.9.3. — Privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos	258
8.9.4. — Interdição do exercício de actividade	258
8.9.5. — Encerramento de estabelecimento	258
8.9.6. — Publicidade da decisão condenatória	259
8.10. — Penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia	260

CAPÍTULO IV DETERMINAÇÃO DA PENA

1. — ENQUADRAMENTO	265
2. — PRINCÍPIOS DA SANÇÃO	266
2.1. — Princípio da legalidade	266
2.2. — Princípio da não retroactividade da lei penal desfavorável	269
2.3. — Princípio da retroactividade da lei penal mais favorável	269
2.4. — Princípio <i>nulla poena sine culpa</i>	269
2.5. — Princípio da proporcionalidade	270
2.6. — Princípio da igualdade	270
2.7. — Princípio <i>ne bis in idem</i>	271
2.8. — Princípio da jurisdição	272
2.9. — Princípio da motivação	272
2.10. — Princípio do direito à revisão e indemnização	273
2.11. — Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	273
3. — DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA	274
4. — ATENUAÇÃO ESPECIAL DA PENA	293
4.1. — Requisitos	293
4.2. — Termos da atenuação especial	297
5. — DISPENSA DE PENA	298
6. — REINCIDÊNCIA	300
6.1. — Requisitos	300
6.2. — Efeitos	301
7. — CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO – PUNIÇÃO	303
7.1. — Regras da punição do concurso	303
7.2. — Conhecimento superveniente do concurso	305
7.3. — Punição do crime continuado	309

8. — DESCONTO NA PENA.....	309
8.1. — Medidas processuais.....	309
8.2. — Pena anterior.....	311
8.3. — Medida processual ou pena sofrida no estrangeiro.....	311

CAPÍTULO V

PENA RELATIVAMENTE INDETERMINADA

1. — DELINQUENTES POR TENDÊNCIA	315
1.1. — Pressupostos e efeitos.....	315
1.2. — Restrições.....	323
1.3. — Liberdade condicional.....	325
2. — ALCOÓLICOS E EQUIPARADOS	326
3. — ABUSO DE ESTUPEFACIENTES.....	329
4. — AGENTES DA PRÁTICA DE CRIME DE INCÊNDIO FLORESTAL	332

CAPÍTULO VI

MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. — ESQUEMA GERAL	337
2. — INTERNAMENTO DE INIMPUTÁVEIS.....	339
2.1. — Pressupostos	339
2.2. — Limites de duração.....	348
2.3. — Cessaç�o e prorroga�o do internamento	349
2.4. — Revis�o da situa�o do internado.....	350
2.5. — Liberdade para prova	351
2.6. — Revoga�o da liberdade para prova.....	352
2.7. — Reexame da medida de internamento	354
2.8. — Inimput�veis estrangeiros.....	355
2.9. — Suspens�o da execu�o do internamento.....	358
2.10. — Execu�o do internamento e da pena de pris�o.....	361
2.11. — Internamento involunt�rio (compulsivo) (Lei de Sa�de Mental)	363
3. — INTERDI�O DE ACTIVIDADE, CASSA�O E INTERDI�O DA CONCESS�O DO T�TULO DE CONDU�O DE VE�CULO COM MOTOR	370

ÍNDICE GERAL

3.1. — Interdição de actividade.....	370
3.2. — Cassação do título ou da licença e interdição da concessão de título de condução de veículo com motor ou licença de pilotagem de aeronaves com ou sem motor.....	373
3.3. — Suspensão do período de interdição	376
3.4. — Prorrogação da interdição.....	377
3.5. — Aplicação de regras de conduta	377
3.6. — Extinção das medidas.....	379
4. — INTERNAMENTO DE IMPUTÁVEIS PORTADORES DE ANOMALIA PSÍQUICA	380
4.1. — Anomalia psíquica anterior	380
4.2. — Anomalia psíquica posterior à prática da infracção.....	381
4.3. — Anomalia psíquica posterior sem perigosidade	382
4.4. — Revisão da situação.....	383
4.5. — Simulação de anomalia psíquica.....	383

CAPÍTULO VII

PERDA DE COISAS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O CRIME

1. — PERDA DE INSTRUMENTOS	387
2. — PERDA DE PRODUTOS E VANTAGENS.....	392
3. — INSTRUMENTOS, PRODUTOS OU VANTAGENS PERTENCENTES A TERCEIROS	400
4. — PAGAMENTO DIFERIDO OU A PRESTAÇÕES E ATENUAÇÃO	403

CAPÍTULO VIII

QUEIXA E ACUSAÇÃO PARTICULAR

1. — TITULARES DO DIREITO DE QUEIXA	407
2. — EXTENSÃO DOS EFEITOS DA QUEIXA.....	412
3. — EXTINÇÃO DO DIREITO DE QUEIXA	414
4. — RENÚNCIA, DESISTÊNCIA E RENOVAÇÃO DA QUEIXA	416

CAPÍTULO IX

EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL

1. — IDEIAS GERAIS	425
2. — PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL	427
2.1. — Prazos de prescrição	427
2.2. — Início do prazo	430
2.3. — Suspensão da prescrição	433
2.4. — Interrupção da prescrição	435
3. — PRESCRIÇÃO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	438
3.1. — Prazos de prescrição	438
3.2. — Efeitos da prescrição da pena principal	439
3.3. — Prazos de prescrição das medidas de segurança	440
3.4. — Suspensão da prescrição	441
3.5. — Interrupção da prescrição	441
4. — OUTRAS CAUSAS DE EXTINÇÃO: MORTE, AMNISTIA, PERDÃO E INDULTO	442

CAPÍTULO X

INDEMNIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS POR CRIME

1. — ENQUADRAMENTO	453
2. — RESPONSABILIDADE CIVIL EMERGENTE DE CRIME	454
3. — INDEMNIZAÇÃO DO LESADO	462

2.

PARTE ESPECIAL

QUADROS SINÓPTICOS	469
BIBLIOGRAFIA	487
ÍNDICE REMISSIVO	501
ÍNDICE GERAL	513

